

NECROPOLÍTICA, EGO-POLÍTICA E NEGACIONISMO SOB O OLHAR DE AILTON KRENAK

Letycia Rendy Yobá Payayá (Letícia Rodrigues de ALMEIDA)

Doutoranda em Humanidades

Direito e outras Legitimidades

Universidade de São Paulo

letyciarendyyobapayaya@usp.br

Resumo: Esse artigo foi originalmente elaborado para a disciplina "Necropolítica e Desigualdades em Tempo de Pandemia", oferecida pelo Programa de Pós-Graduação de Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. O objetivo do artigo é elaborar uma discussão interdisciplinar entre o livro "Ideias para adiar o fim do mundo" de Ailton Krenak e questões de Necropolítica. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura acadêmica sobre o tema. As discussões e análises aqui apresentadas envolvem necropolítica, ego-política e negacionismo a partir do olhar de Ailton Krenak.

Palavras-Chave: Necropolítica; Ego-política; Ailton Krenak.

Abstract: This article was originally prepared for the course "Necropolitics and inequalities in a Time of Pandemic", offered by the Graduate Program in Humanities, Rights and others Legitimacies at the university of São Paulo. The objective of the article is to develop an interdisciplinary discussion between the book "Ideas to postpone the end of the world" by Ailton Krenak and issues of necropolitics. The methodology used was the review of the academic literature on the topic. The discussions and analyzes presented here involves necropolitics, ego-politics and denialism from the perspective of Ailton Krenak.

Keywords: Necropolitics; Ego-politics; Ailton Krenak.

Introdução

Este artigo faz parte da conclusão da disciplina Necropolítica e Desigualdades em Tempo de Pandemia, ministrada pela professora Zilda Marcia Gricoli Iloki, professores Venceslau Alves e Francione Oliveira Carvalho, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação de Humanidades, Direitos e outras Legitimidades (DIVERSITAS) da Universidade de São Paulo. Proponho nesta análise uma discussão entre o discurso de Ailton Krenak exposto no livro "Ideias para Adiar o Fim do Mundo" (2020) e a Necropolítica aplicada e discutida durante o semestre.

Vamos realizar esta conversa trazendo outros autores, tais como David Kopenawa que descreve o povo da mercadoria no livro "A Queda do Céu" (2015); Eduardo Galeano que disserta sobre a colonização em "Veias Abertas da América Latina" (2010); além das reflexões acerca do Antropoceno, de Marisol de la Cadena no artigo "Natureza Incomum: histórias do antropego" (2018). Achille Mbembe contribui com sua visão política na obra "Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte" (2016)

e Ramón Grosfoguel trata sobre Ego-política em "Descolonizando los Universalismos Occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas." (2007).

Nossas observações neste texto vão ao encontro do conceito de Necropolítica de Mbembe, (2016) que vislumbra o poder que a expressão máxima da soberania do Estado, que reside em grande medida na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Além do direito de matar, a necropolítica também exerce o direito de expor outras pessoas à morte. Sob minha observação a Necropolítica está relacionada com a Ego-política, termo desenvolvido por Grosfoguel em seus estudos sobre multiculturalismo ocidental em Pluri-versalismos transmoderno decolonial. Assim, dissertaremos então entre essas visões políticas de Mbembe e Grosfoguel com base na cosmovisão e nos questionamentos de Krenak em seu livro.

O problema

Nas conferências que originaram o livro, Ailton Krenak convoca ouvintes e leitores para uma reflexão em torno de algumas "Ideias para Adiar o Fim do Mundo". O autor organiza estas ideias fazendo uma crítica à ideia de humanidade e sua capacidade de construir uma justificativa da superioridade destes humanos sobre outros seres vivos, a partir da colonização. Sua tese segue afirmando que esta ideia é uma ferramenta de desconexão dos seres humanos com a natureza: "será que ela não está na base de muitas das escolhas erradas que fizemos justificando o uso da violência?" (Krenak, 2019). Sua narrativa parte das cosmologias que estuda e vivencia nas suas caminhadas ao lado da diversidade de saberes e modos de ser e de existir dos povos indígenas no Brasil. E questiona, enfim, se essa mesma humanidade é capaz de reconhecer os danos que causa ao planeta a ponto de mudar os rumos do Antropoceno.

O que Ailton Krenak (2019) nos convida a pensar quando traz o questionamento "Somos mesmo uma humanidade?". Ele está questionando o "privilegio epistêmico de homens ocidentais" construído pelo colonialismo e mantido pela colonialidade, que dita a forma como as verdades são construídas se sobrepondo a uma outra humanidade. Colonialidade essa, que em pleno século XXI ainda se "apropria de outros corpos políticos", a caminho do progresso e da luz a um único jeito de se viver na terra, para privilegiar a hegemonia de "projetos imperialistas, coloniais, patriarcais e geopolíticos" (Grosfoguel, 2016).

Grosfoguel (2007) se refere a essa humanidade que detém esse privilégio epistêmico por sustentar um padrão oficial de pensamento hegemônico que ainda estuda o outro como objeto e não como sujeito com seus próprios conhecimentos. Que essa epistemologia eurocêntrica cristaliza a ideia de que os homens brancos são os únicos pensadores intelectuais, portanto, internalizam ideias racistas e discriminatórias, mantendo assim uma estrutura hegemônica cartesiana sobre corpos políticos minimizados e inferiorizados, implementando uma Ego-política do conhecimento e enraizando a necropolítica.

Essa humanidade consolida a ideia de manipulação do mundo e, por meio de grandes

multinacionais, instituições mundiais e Estados Nacionais, decreta tomadas de decisões e detém nas mãos o poder corporativista de fazer e desfazer do Planeta Terra o que bem entende. Ailton questiona “quando a gente vai entender que os Estados nacionais já se desmancharam, que a velha ideia dessas agências já estava falida na origem?” (Krenak, 2019). O autor do livro está falando dessa falsa autonomia, agindo ora a favor, ora contra a devastação e cita exemplos da dificuldade de criar mecanismos para impedir que uma mineradora destrua um território em prol do lucro. Complementando essa ideia a partir do que diz Eduardo Galeano (2010), podemos pensar de maneira muito simples que “a divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder”

Mbembe (2016) vai refletir em seu ensaio, que essa necropolítica se sustenta a partir dessa “soberania” e “biopoder”, que leva essa humanidade ao “estado de exceção” e as “políticas da morte”, decidindo assim quem deve morrer e quem deve viver. Essa hegemonia sustentada através da violência em busca de ampliar seu território de poder, gerando o etnocídio que promove a morte de hábitos e costumes de uma cultura e o genocídio de corpos políticos em disputa para defender não apenas territórios físicos, mas também os saberes tradicionais, as florestas, a água, o ar, a fauna. É essencial lembrarmos que esses elementos mantêm toda uma humanidade viva.

Krenak (2019) problematiza no livro que, por mais que saibamos da existência de tantas organizações governamentais e instituições privadas de proteção como “Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)”, são estas mesmas entidades que oscilam entre indeferir e autorizar ações efetivas que ora defendem o avanço do desenvolvimento, ora impedem o avanço de ações afirmativas, ora propõem o avanço para um novo modelo de desenvolvimentismo e sustentabilidade e ora sabotam e negam todas as tentativas. De fato, eles não se aproximam dos povos da floresta para construir coletivamente alternativas para fomentar novos desdobramentos para os mais diversos projetos, como prevenir o avanço das mineradoras, por exemplo.

Quando Krenak (2019), como indígena, sugere “criar uma reserva da biosfera” no Brasil lhe é negado e vira um dilema internacional. O desenvolvimento sustentável ainda é contrário ao envolvimento entre povos e destes com a sustentabilidade do Planeta.

Muitas dessas tomadas de decisões corporativistas nem sempre são as mais adequadas ou as melhores soluções. Por vezes, sujeitos essenciais para o manejo ficam de fora das decisões, deixando pessoas de mãos atadas sem poder opinar e na condição de aceitar os processos em grande maioria abusivos diante de uma sociedade alienada. Pensar nessa dicotomia de que a humanidade está separada entre corpo e território, é compreender quando os seres humanos se separaram da Terra como um organismo.

Essa ideia de civilização, de civilidade e de incivilidade - no caso dos povos indígenas, considerados selvagens - vem de processos históricos hegemônicos que defendem que a terra é suja e que devemos andar limpos, evitando que coloquemos os pés no chão, por exemplo. Mbembe (2016, p.133) também tem uma reflexão em acordo. Aos olhos do conquistador, “vida selvagem” é apenas uma outra forma de “vida animal”, uma

experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão. Na verdade, de acordo com Achelle, o que diferencia os selvagens de outros seres humanos é menos a cor de suas peles e sim o medo de que se comportem como parte da natureza, que a tratem como mestre irrefutável. Assim, a natureza continua a ser, com todo o seu esplendor, uma realidade esmagadora

Nesse sentido, Antônio Bispo dos Santos traz no texto “Somos a Terra” (2018), uma reflexão crítica sobre essa influência dentro da cosmologia bíblica, especificamente sobre o livro de Gênesis, para abordar essa separação do ser humano da terra. Ele diz que é possível compreender esse distanciamento pela chave da “desobediência” e da “maldição”. Segundo a bíblia, a desobediência do homem leva o Deus bíblico a providenciar uma maldição na terra. Da terra, “criação de Deus”, havia o direito do usufruto ao homem livre do pecado. Então pecadores, teriam que tirar da terra o seu próprio sustento. E nas palavras de Santos (2018),

O Deus Jeová disse ao homem: por que tu me desobedeceste? A terra será maldita por tua causa. Tu haverás de comer com a fadiga do suor do teu rosto. A terra te oferecerá espinhos e erva daninha. E todos os teus descendentes serão perpetuamente amaldiçoados.

Da terra, do paraíso de bênçãos, o homem foi expulso e passou a viver em um território de penumbra e sobrevivência a partir do seu trabalho. Nego Bispo diz que, “nesse momento ele criou o trabalho como ação de sintetização da natureza. Ao mesmo tempo, ele criou também uma doença que eu chamo de cosmofofia. O medo do cosmo, o medo de Deus”. Essa cosmologia foi estratégica para colonialistas de povos eurocristãos e monoteístas, nos afastando dos nossos territórios, amedrontando nossa relação com a terra.

Podemos nos perguntar: que humanidade é essa que Krenak (2019), Mbembe (2016), Grosfoguel (2007) e Santos (2018) estão questionando? Como foi possível os humanos chegarem ao ponto de invadir diferentes territórios pelo mundo sobrepondo-se a outras existências? Que relações de poderes são essas que estabelecem limites sobre os seres vivos? Essa necropolítica é estabelecida somente para matar, usurpar e destruir? Tudo gira em torno dessa negação à sobrevivência de outros povos? Será a ego-política que solidifica essa soberania?

No livro “A Queda do Céu” (2015), Davi Kopenawa chama os garimpeiros de “comedores de terra”. Diz que chegaram com tanta sede de ouro que não lhes perguntaram nada. “É tamanha a fome de devastar que cortam a mata, abrem clareiras para pousos e decolagens, rasgam a terra tais como “bandos de queixadas”, escarafunchando o solo. Contaminam os rios, assustando os “espíritos das águas”, intoxicam os peixes com mercúrio ao ponto de “nos matar” de fome e sede, espalhando doenças e morte. Em prol da ganância, da busca pelo ouro”.

Os equívocos

Para Krenak (2019) e Davi Kopenawa (2015) não faz sentido garimpar em terras indígenas, sugar os recursos e agredir a natureza, para ter como objetivo e resultado o lucro, como o único Deus, a mercadoria. Essas relações não cabem no campo de compreensão para os povos que veem a natureza como parte de si mesmo. O mais problemático é não assumir as consequências dessa ordem devastadora que levou por exemplo, a essa pandemia do novo coronavírus e as mais de 550 mil mortes pela Covid 19 entre 2020 e 2021, apenas no Brasil.

Marisol de la Cadena nos chama para uma reflexão a partir de dois conceitos: o dissenso histórico e o equívoco. O que nos leva a constatar vários “conflitos” por se tratarem de uma “relação ontológica de difícil “compreensão”, pois se trata de desafetos e afetividades intrínsecas de pessoas que não compreendem as relações de parentesco dos povos indígenas com a Terra que é mãe. Esse “conflito” gera um “mal entendido” que “é político e reflete uma disputa epistêmica para mudar como a ordem estabelecida é percebida” (La Cadena, 2018).

La Cadena irá chamar esse conflito de Antropo-cego, o “cego” tomado por essa cegueira coletiva do antropo. Pois não há um consenso entre pessoas que partem de pontos de vistas diferentes, por exemplo, entre pessoas que veem um território específico apenas como um pedaço de terra para desenvolver uma fonte de renda e as pessoas ou povos que veem essa mesma terra como mãe. Mãe que dá os frutos (alimentos), a sombra (abrigo), a água (existência) e o ar para todos respirarem.

Quando se deixa de colocar os pés ou as mãos no chão, perdemos a conexão com a Terra e paramos de fazer as trocas de energias, nos afastando do compromisso de defendê-la. Se optamos por acreditar, por exemplo, no “mito da sustentabilidade”, fortalecemos uma grande ideia do corporativismo para criar um modelo de reparação para o “assalto que fazem a nossa ideia de natureza” (Krenak, 2019).

Nesse sentido, Ailton traz como exemplo de conexão espiritual que o povo Krenak tem com a natureza e com o território: a montanha Takukrak, que tem personalidade e dialoga diariamente com a comunidade indígena a qual pertence.

Essa relação de parentesco com outras existências da natureza é presente entre os povos indígenas e outros povos que têm em suas culturas relações diretamente ligadas com a terra.

Enquanto estamos aqui analisando o quanto a humanidade se distanciou do cosmo como um todo e de uma natureza comum, as grandes corporações nos vendem e defendem o consumo de uma natureza sintetizada e estão neste momento “tomando conta da terra” e devorando “florestas, montanhas e rios”, criando um lugar próprio para se viver que seja distante de uma natureza selvagem.

Essas instituições têm como proposta migrar para uma natureza civilizada e transformada artificialmente, “espalhando shoppings”, hotéis e resorts, com a propaganda de nos incentivar a compreender todas essas transformações geográficas como “bem-estar”, disponibilizando elementos superficiais como entretenimento, remédios e

subterfúgios, para seguirmos distraídos e alienados.

O que Ailton Krenak está questionando aqui é esse modelo desenvolvimentista negacionista fadado ao lucro e à morte, enriquecendo os “donos da grana no planeta” calcado na necropolítica e no desenvolvimentismo. Para Krenak, não se trata de criar o “mito do monstro corporativo”, mas entender que “a humanidade vai se deslocando de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra”

Krenak quer nos situar, que a nossa civilidade deveria criticar mais esse modelo de humanidade que homogeneiza tudo e cita Boaventura de Souza Santos para dizer que a “ecologia dos saberes deveria também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência como comunidade” (Krenak, 2019).

O bem viver

É possível ter uma visão mais crítica averiguando que tipo de postura de consumo assumimos nesse sistema que nos torna reféns de uma mentalidade distorcida na dicotomia entre cidadão e consumidor. O consumidor-cidadão vai às compras sem questionar os excessos produzidos para que aquele produto esteja disponível, enquanto o cidadão-consumidor questiona os danos para a sociedade, os valores perdidos e as alteridades afetadas no ato de consumir.

Cacique Babau (2019) nos mostra em “Retomada”, que é uma prática milenar fazer o planejamento do manejo e interação com os territórios. Era comum entre os indígenas Tupinambás observarem o crescimento populacional da aldeia e fazerem o manejo sustentável dos recursos naturais disponíveis no território, com a finalidade de evitar a escassez de alimentos. Antes dos recursos terminarem, um grupo grande saía em busca de outros locais possíveis para usufruir de um novo território com recursos em abundância:

Naquela época, era por meio da lua. Todos sabíamos que tínhamos que nos reunir para planejar o avanço tupinambá sobre a terra (...) de cinco em cinco anos, nos reuníamos e definíamos que, em cinco anos, teríamos tantas mulheres casadas, tantos curumins, e, na verdade, o que tínhamos não seria suficiente. Esgotaria o alimento para nós da região. Logo, tínhamos que avançar para criar outra aldeia.

Pensando com Antônio Bispo dos Santos e Cacique Babau Tupinambá um caminho, é mais que urgente garantir o direito à terra para os povos originários e povos tradicionais, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, para que esses possam percorrer livremente os territórios demarcados, cultivando, coletando, pescando, caçando, garantindo o sustento dos seus e a preservação do meio ambiente. Trata-se de uma reversão do fim da humanidade e dos recursos do Planeta.

Povos indígenas significam aqueles que têm suas vidas intrinsecamente ligadas com a terra, onde o contrário de indígena é alienígena, que está fora da terra. Ailton Krenak (2019) argumenta que esses povos ficam esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. “São

caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade”. São os povos que mais sofrem com a perda de seus territórios e a perda de direitos, perpassando por processos de epistemicídio e etnocídio.

Ao longo de séculos, foram criados estereótipos com a intenção de desqualificar hábitos e costumes, deslegitimando a maneira orgânica com que esses povos se relacionam com a terra. Esse é o maior desserviço da ego-política. Para o Krenak (2019), os estrangeiros se incomodavam com o jeito que os nativos defendiam essa terra, dizendo “parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra”.

Krenak (2019) comenta que “a organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe”. Todas essas colocações vêm desse projeto de supremacia civilizatória, que sabota a relação entre os corpos e os territórios em benefício de poucos e do lucro.

Podemos afirmar que a ego-política se incomoda com os saberes tradicionais. Nega políticas públicas e o acesso a indígenas e negros na produção acadêmica do conhecimento não branco. Simplesmente pelo fato de questionar essa hegemonia branca eurocêntrica e por não mais permanecer na visão de objeto de estudos. Povos não brancos, como chama Grosfoguel (2007), vêm discutindo e propondo outras visões e cosmovisões em detrimento da sobrevivência e desobediência dos rumos antes determinados pela sociedade hegemônica fadada ao caos.

Vivemos em um tempo que nos distancia de viver em sociedade, de tal maneira que muitas vezes você não conhece seu vizinho, verticalizam casas, criam portas e portões altos desumanizando as relações, dirigem carros com apenas uma pessoa dentro. O som dos bichos, o barulho e a alegria dos outros incomodam, “O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida” (Krenak, 2019). Ao mesmo tempo se agarrando a um grande devaneio, na possibilidade de que essa vida seja passageira, que logo o mundo irá acabar.

Segundo Ailton, no livro “As Veias Abertas da América Latina”, Eduardo Galeano refere que “os povos do Caribe, da América Central, da Guatemala, dos Andes e do resto da América do Sul tinham convicção do equívoco que era a civilização” (Galeano, 2010). E Krenak (2019) aponta que a humanidade está em queda e agora se dá conta de levantar inúmeras questões sobre essa destruição e os rumos que nos trouxeram para um abismo. Entretanto, essa humanidade tem escolhido passar por dois caminhos: o que continua em queda livre ou os que criam ilusões para cair com “paraquedas coloridos”.

Como alternativa a essas dois caminhos, Krenak (2019) fala que se fortaleceu nas “diferentes manobras” dos seus “antepassados”, para se manter “resistente”, se “alimentou” muito mais “da criatividade”, “da poesia” desses povos que foram chamados de “bárbaros” e perseguidos por “uma guerra sem fim” com a finalidade de civilizá-los e integrá-los ao “clube da humanidade”.

Os povos indígenas não são apenas um sujeito comum, mas sim “pessoas coletivas” que dinamizam suas visões de mundo com a passagem do tempo; e essa é a grande sa-

cada dos ancestrais no projeto de adiar o fim do mundo: empenhar essa resistência coletiva em resguardar “a memória profunda da terra”. Em muitos dos casos “os antropólogos limitam a compreensão dessa experiência que não é só cultural”, mas carrega uma série de lições cosmopolíticas (Krenak, 2019).

No entanto, esta civilização ocidental ainda questiona a capacidade dos povos indígenas de serem resilientes diante dos mais diferentes “assaltos” que estamos enfrentando e que ainda vamos enfrentar. “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa” (Krenak, 2019).

Essa existência vai para além dos corpos, “a gente resistiu expandindo a nossa subjetividade, não aceitando essa ideia de que nós somos todos iguais” (Krenak, 2019). Os povos indígenas ainda resistem e estão longe de serem dizimados. E não somente indígenas, mas a própria natureza. Nesse sentido, Krenak (2019) fala de Eduardo Viveiro de Castro que provoca as pessoas com o “perspectivismo amazônico”, chamando a atenção exatamente para isto: os humanos não são os únicos seres interessantes e que têm uma perspectiva sobre a existência. Muitos outros também têm.

Por isso que os povos indígenas cantam e dançam e comem em volta das fogueiras, “Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência” (Krenak, 2019). Um grande alimento para a resistência dessas pessoas que sobrevivem daquilo que a natureza oferece. O sonho da terra é a oportunidade de refazer essa reconexão, não como um sonho comum, mas como um momento de o inconsciente unir os conectores como as encruzilhadas que cruzam os saberes, as encantarias e os encantados, a espiritualidade, a cosmologia e as subjetividades que alimentam a existência de cada ser

Essa resiliência dos povos indígenas tem acontecido paralelamente ao caminho em que a humanidade tem traçado seu destino destruindo o planeta. Mantendo a sua cultura, os saberes tradicionais, a coletividade, criando pontos de unidade e compreendendo a diversidade. O sonho tem como proposta uma maneira de manter vivo o parentesco entre o corpo e a Terra que é mãe, o rio que é o avô, fortalecendo as relações afetivas que os mantém convictos na resistência de mantê-los vivos.

Considerações finais

A proposta que dirige a narrativa expressa neste texto são apontamentos para a humanidade da nossa era, a partir desse momento que estamos vivendo. Para que possamos fazer um regresso da memória coletiva da colonização, façamos uma crítica dos processos epistêmicos a que somos submetidos, com prejuízos severos a corpos subjugados e não somente corpos humanos, mas a própria natureza. Que entendamos que a corrida pelo projeto desenvolvimentista sustentável não está preocupado com o bem estar do planeta. Está apenas visando novas formas de lucro, inclusive, com o apoio de grandes agências corporativistas que têm como finalidade em suas missões a proteção da natureza.

Essas empresas corporativistas mantêm as pessoas entorpecidas com remédios e às

cegas ao ponto de não enxergarem as desmazelas dos grandes empreendimentos como a Usina de Belo Monte no norte do país, que oferece prejuízos irreparáveis nas águas e na perda de território a diversos povos. Podemos salientar que essas situações fazem lembrar o filme Avatar, uma sociedade que vivia em paz e em harmonia com a natureza e, de repente, tem seu território invadido e devastado por exploradores de minérios. A história de seres que estiveram há milênios cultivando um território, e veem essa grandeza derrubada no chão, devastando tudo que estava ao alcance; os bichos, as árvores, as montanhas, os rios, descobrindo a terra que estava protegida, deixando-a nua e sangrando

Esse filme teve até os dias atuais a maior bilheteria mundial, desenhar, ou seja, ilustrar através do cinema, talvez não seja o suficiente para provocar uma mudança no mesmo alcance. Uma sociedade que usufrui do conteúdo da terra para obter conforto, não compreende uma outra sociedade que interage com a mesma terra como elementos essenciais para viver tais como, espiritualidade, afetividade, coletividade, subjetividade.

Os povos indígenas ainda não conseguiram dar conta de vencer essa grande guerra estabelecida pelos colonizadores europeus. Guerra essa que dura mais de 524 anos e não tem um tempo certo para acabar. Porém, algumas batalhas foram vencidas e a resistência desses povos em manter suas raízes culturais vivas nos deixa claro que o projeto colonial não foi capaz de acabar com tudo. De tudo que foi consumido pela usurpação dos corpos e dos territórios, o que ainda resta é o suficiente para que estejamos em alerta para preservar esses Seres Vivos, sejam pessoas, sejam florestas, sejam animais, sejam rios, a natureza como um todo, com tudo que vive sobre ela, sem segregações.

A humanidade precisa encontrar a saída do imaginário que romantiza o genocídio, o epistemicídio, o etnocídio em benefício de uma melhoria de vida egocêntrica. Os humanos precisam compreender que esse modelo de conquistar o conforto causou uma ruptura cosmogônica entre o corpo e a terra como dois elementos que não fazem mais parte um do outro.

Os povos indígenas se mantiveram vivos e resistentes porque mantiveram suas raízes profundamente conectadas com a mãe terra ao ponto de arriscar suas vidas para defendê-la. Mesmo sabendo que nesta batalha a morte está garantida, mesmo assim, é um povo que canta, que dança e que devolve as trocas de energia agradecendo a Mãe Natureza. Convém lembrar que os indígenas são povos que se alimentam da esperança, das subjetividades e elaboram a partir dos sonhos estratégias para construir novos trajetos para caminhar com mais empatia e equilíbrio ao lado da vida.

Referências

BABAU, Cacique. Retomada. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 13, página 98 - 105, 2019.

LA CADENA, Marisol. "Natureza incomum: histórias do antropo-cego". **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Trad. de Sergio Faraco. São Paulo: L&PM, 2010.

GROSFOGUEL Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: El Pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. IN: CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón, compiladores. **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**". – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GROSFOGUEL Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. **Cienc. Cult.** vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200015>> acesso 02 de agosto de 2021.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: Palavras de um xamã yanomami. Trad. de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim Do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrrj**. nº32, dezembro de 2016. Disponível em: <<<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>>> acesso em 02 de agosto de 2021.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.